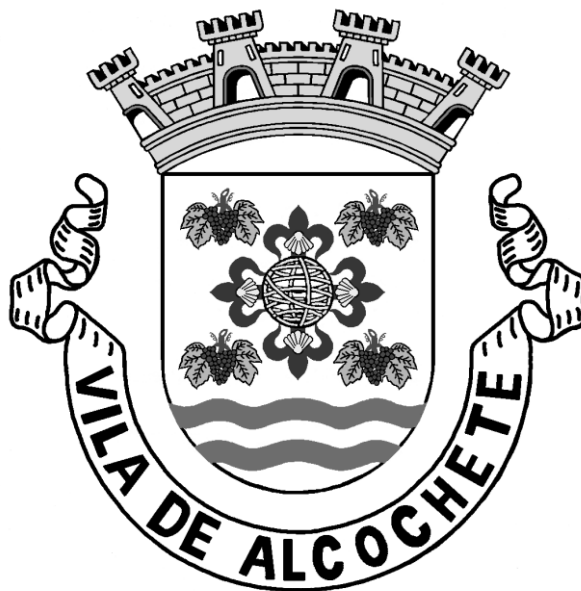




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 10

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA

EM 13 DE MAIO DE 2026

ÍNDICE

A. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	3
B. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
C. ORDEM DO DIA.....	24
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA	24
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES.....	24
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:.....	25
4.1. APROVAÇÃO DO PARECER DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE PARA EFEITOS DO PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DO ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA À ADA – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ARCO RIBEIRINHO SUL	25
4.2. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA COM A ASSOCIAÇÃO DAS TRADICIONAIS FESTAS DE CONFRATERNIZAÇÃO CAMPONESA DE SÃO FRANCISCO.....	30
4.3. PLANO DE COORDENAÇÃO – FESTAS DE CONFRATERNIZAÇÃO CAMPONESA DE SÃO FRANCISCO – EDIÇÃO 2026	33
4.4. PRORROGAÇÃO DO PRAZO RELATIVO AO PROCEDIMENTO PARA ALTERAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DE EXPANSÃO DA ÁREA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DO PASSIL (PP EXPANSÃO DO PASSIL NORTE)	34
4.5. PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS, POR UM PERÍODO DE 12 MESES, AUTOMATICAMENTE PRORROGADO POR PERÍODO IGUAL E SUCESSIVO, LOTE 3” – PROC. N.º 30/26/CP: DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO – RETIFICAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS	36
4.6. CEDÊNCIA DO ESPAÇO PÚBLICO E APROVAÇÃO DO HORÁRIO DAS FESTIVIDADES PARA A REALIZAÇÃO DA TRADICIONAL FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO CAMPONESA DE SÃO FRANCISCO.....	37
4.7. RECURSO A RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNA DE UM ASSISTENTE OPERACIONAL NA ÁREA DE EDUCAÇÃO, NO REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO	40
4.8. RECURSO A RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNA DE UM ASSISTENTE OPERACIONAL NA ÁREA DE REFEITÓRIOS, NO REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO	42
5. APOIOS FINANCEIROS	43
6. INFORMAÇÕES	50
D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	50
ENCERRAMENTO	50

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes as senhoras vereadoras Maria de Fátima Maduro Gregório Soares, Ana Sofia Madeira Maduro, Maria Eugénia Da Silva Gonçalves Murjal e Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado e João Carlos Simões Marques.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

A. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções.

B. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, o senhor presidente partilhou o seguinte:

«A situação que hoje enfrentamos na área da saúde, em particular no que respeita ao encerramento das urgências de obstetrícia e ginecologia dos hospitais do Barreiro/Montijo e de Vila Franca de Xira, assim como a Falta de Médicos e Enfermeiros no nosso concelho e de forma muito especial na freguesia do Samouco, exige de todos nós um esforço redobrado, sentido e responsável.

Nesse sentido, condeno calorosamente as declarações do presidente do Grupo Parlamentar do PSD — Hugo Soares, proferidas esta segunda-feira à noite na CNN Portugal quando apelidou de "gritaria" todas as nossas intervenções, reuniões, protestos e moções sobre esta matéria.

Temos desenvolvido com a colaboração de todos os representantes de câmara, uma intervenção política firme, mas sempre marcada pela preocupação genuína com o bem-estar das populações. Esse esforço tem sido visível através das moções apresentadas, do trabalho dos nossos deputados na Assembleia da República e das diversas ações e iniciativas promovidas pela Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal (CIM Península de Setúbal) que tenho tido oportunidade de acompanhar.

Recordo igualmente a reunião já realizada com a senhora Ministra da Saúde, bem como o trabalho mais recente que temos vindo a desenvolver em articulação com os municípios da área hospitalar de Vila Franca de Xira. Estamos, neste momento, a agendar encontros com todos os grupos parlamentares da Assembleia da República, com o objetivo de discutir e refletir de forma séria e aprofundada sobre a saúde pública no seu conjunto e, em particular, sobre o impacto do encerramento destas urgências essenciais.

Diariamente recebo informação sobre os enormes constrangimentos que se fazem sentir nos hospitais da região — seja no Hospital de São Bernardo, em Setúbal, seja no Hospital Garcia de Orta, em Almada. A pressão sobre estas unidades é agora crescente e coloca em causa a capacidade de resposta a que as nossas populações têm direito.

Ainda este fim de semana estivemos na vila do Samouco, onde pudemos ouvir diretamente as múltiplas preocupações dos cidadãos, que vivem esta realidade com angústia e incerteza. As suas palavras reforçam a urgência de continuarmos a agir, de forma coordenada e determinada, para garantir que nenhum munícipe fica desprotegido no acesso a cuidados de saúde fundamentais.

O que está em causa não é apenas a reorganização de serviços é a segurança, a dignidade e a confiança das nossas comunidades. Continuaremos, por isso, a trabalhar incansavelmente para que estas preocupações sejam ouvidas, compreendidas e, sobretudo, resolvidas.

Irei, aliás como sempre, dando conhecimento de todos os passos que estamos a assumir nesta matéria com a certeza, porém, que juntos podemos alcançar maiores feitos na defesa

dos interesses do nosso concelho e, sobretudo, no âmbito dos cuidados primários da nossa população.»

Prosseguiu apresentando a seguinte Saudação:

- Dia Internacional do Enfermeiro – 12 de maio

«No Dia Internacional do Enfermeiro, celebrado anualmente a 12 de maio, prestamos a nossa mais profunda homenagem a todos os profissionais de enfermagem que, com dedicação, competência e humanidade, asseguram diariamente cuidados essenciais à nossa sociedade.

Este é um momento para reconhecer o papel insubstituível destes profissionais na promoção da saúde, na prevenção da doença e no acompanhamento próximo das populações.

É também uma oportunidade para reforçar a urgência de valorizar e fortalecer esta classe, cuja presença é determinante para o funcionamento de qualquer serviço de saúde. No caso do Centro de Saúde do Samouco, a falta de enfermeiros — bem como de outros profissionais — representa uma lacuna grave que compromete o acesso a cuidados primários no nosso território. Esta realidade é particularmente sentida na vila do Samouco, onde a inexistência de cuidados de saúde de proximidade coloca em risco o bem-estar e a segurança dos seus habitantes.

Manifestamos, por isso, a nossa mais séria preocupação e apelamos ao preenchimento imediato das equipas de enfermagem e de outros profissionais de saúde, garantindo que a população do Samouco possa finalmente contar com os cuidados básicos a que tem direito.

Neste dia de reconhecimento, reafirmamos o nosso respeito, gratidão e apoio a todos os enfermeiros — e renovamos o compromisso de lutar para que o seu trabalho seja plenamente valorizado e para que a nossa comunidade tenha acesso aos cuidados de saúde que merece.

Esta Saudação, depois de aprovada deverá ser remetida para:

1. Sua Ex^a. Sra. Ministra da Saúde;
2. Ordem dos Enfermeiros Portugueses;
3. Área Metropolitana de Lisboa;
4. CIM – Península de Setúbal;
5. Assembleia Municipal de Alcochete;
6. Juntas de Freguesia do Concelho de Alcochete;
7. Unidade Local de Saúde do Arco Ribeirinho;
8. Órgãos de Comunicação Social.»

Submetida à discussão, a senhora vereadora Raquel Prazeres manifestou a sua concordância com a Saudação alusiva ao Dia Internacional do Enfermeiro, esclarecendo, porém, que não basta declarar apoio ao Serviço Nacional de Saúde ou afirmar preocupação com a defesa da saúde para todos, quando posteriormente se adotam posições contrárias a esses princípios. Considerou que a posição assumida pelo Executivo revela coerência na defesa do Serviço Nacional de Saúde, tal como previsto legalmente, sublinhando que ainda que não seja possível garantir unanimidade, a maioria demonstra esse compromisso.

Assinalou que a Saudação aborda igualmente a situação da extensão de saúde do Samouco, tema que lhe é particularmente próximo por ser utente daquela unidade. Acrescentou que independentemente da extensão em causa, a solidariedade implica defender direitos iguais para toda a população, evitando desigualdades entre utentes ou territórios.

Observou que a Península de Setúbal já se encontra significativamente prejudicada face ao restante país, tendo os serviços do SNS sofrido retrocessos que não devem ser aceites.

Concluiu defendendo que através de posições coerentes e justas, é possível alcançar melhores resultados coletivos.

O senhor vereador João Marques reforçou que os enfermeiros, sobretudo em situações de calamidade ou pandemia, são verdadeiros heróis, referindo que apesar de terem desempenhado um papel essencial durante a pandemia, passaram poucos anos até

começarem a ser esquecidos, sendo valorizados apenas quando são indispensáveis e posteriormente deixados para segundo plano, indicando que por essa razão se revia plenamente na Saudação apresentada.

Questionou de que forma esta Saudação poderia ser remetida ao Centro de Saúde de Alcochete, manifestando dúvida sobre se a Ordem dos Enfermeiros faria chegar a mensagem àquela unidade. Defendeu, assim, que o Centro de Saúde de Alcochete fosse incluído como 8.^a entidade destinatária da Saudação, por ser a estrutura mais próxima da população local e onde trabalham os enfermeiros que servem diretamente a comunidade, sem prejuízo do respeito devido à Ordem dos Enfermeiros e ao seu âmbito nacional.

O senhor presidente indicou não ver qualquer inconveniente na sugestão apresentada pelo senhor vereador João Marques, esclarecendo que a Saudação deverá ser remetida à administração da ULSAR, entidade que tutela a unidade de saúde em causa. Assinalou que não existe uma correspondência direta entre o envio da Saudação e o Centro de Saúde de Alcochete, uma vez que este se encontra integrado na mesma administração. Assim, considerou adequado acrescentar essa entidade como destinatária, garantindo que a Saudação chega aos profissionais que exercem funções no concelho.

Submetida à votação, a Saudação foi aprovada por unanimidade.

Pela senhora vereadora Maria Eugénia Murjal foi apresentada a seguinte Moção:

- Pelo Enaltecimento e Reconhecimento das Mães de Alcochete e de Portugal

«Neste mês de maio, mês da Mãe, em que os Católicos celebram com especial devoção a Virgem Maria e neste dia 13 de Maio, aniversário das Aparições de Nossa Senhora de Fátima, Padroeira de Portugal, a Câmara Municipal de Alcochete saúda e enaltece todas as Mães do nosso concelho.

A mãe é a figura central da família e o pilar mais sólido da nossa sociedade.

É ela quem gera, nutre, educa e protege.

É nas mãos ternurentas e firmes das mães que se constroem os alicerces morais, culturais e espirituais de uma Nação.

São as mães portuguesas que, com sacrifício, abnegação e amor incondicional, têm transmitido de geração em geração os valores, a fé, a cultura e a identidade que nos fazem portugueses.

No mundo atual, onde tantas forças procuram diluir o papel insubstituível da mãe e enfraquecer a família tradicional, reafirmamos com orgulho e gratidão o valor eterno da maternidade.

Não há força mais poderosa, nem contributo mais decisivo para o futuro de Alcochete e de Portugal do que o amor de uma mãe.

Pelo exposto, a Câmara Municipal de Alcochete delibera:

Enaltecer e saudar calorosamente todas as Mães do concelho de Alcochete, com especial gratidão às que criam os seus filhos com dedicação e coragem;

Reconhecer o papel insubstituível da mulher enquanto mãe, pilar da família e guardiã da identidade portuguesa.

Enviar esta Moção a:

- Assembleia Municipal de Alcochete;
- Assembleias de Freguesia de Alcochete, São Francisco e Samouco;
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alcochete;
- Centro Comunitário Cais do Sal;
- Gabinete de Ação Social Municipal;
- Conselho Local de Ação Social;
- Agrupamento de Escolas de Alcochete;

- Todas as Associações de Pais do concelho,
- Associação Portuguesa pelos Direitos da Mulher na Gravidez e no Parto;
- Direção-Geral de Saúde;
- Instituto da Segurança Social;
- Associação Portuguesa de Famílias Numerosas;
- Jornal “O Setubalense, “Diário do Distrito” e todos os meios de comunicação e divulgação municipais.»

Submetida à discussão, o senhor presidente esclareceu que o documento apresentado possui características mais próximas de uma Saudação do que propriamente de uma Moção, acrescentando ainda que a padroeira de Portugal é a Nossa Senhora da Conceição, observando que o texto faz referência ao aniversário das aparições de Nossa Senhora de Fátima como sendo a padroeira do país, o que não corresponde à designação oficial.

A senhora vereadora Ana Sofia Maduro indicou rever-se enquanto mãe, nas características enunciadas na presente Moção, esclarecendo que esse era o propósito do documento.

Observou que seria igualmente pertinente refletir sobre o papel dos pais na dinâmica familiar, assinalando que tal como os pais presentes na sala e que conhece pessoalmente, existem pais exemplares que nutrem, educam e protegem, desempenhando funções essenciais na formação dos filhos. Referiu que desconhece a realidade de cada família e respeita todas as circunstâncias, mas, no seu caso, afirmou que a sua filha tem um pai magnífico, alguém que partilha valores morais e culturais, considerando ter tido a sorte de fazer uma boa escolha.

Explicou que se revê plenamente no papel de mãe, reconhecendo que todas as mães cometem erros enquanto procuram fazer o melhor possível, sendo isso parte da condição humana. Considerou, porém, que algumas afirmações presentes no documento poderiam ser complementadas com o reconhecimento das características que também pertencem aos pais. Sublinhou que, sem a partilha de responsabilidades com pais exemplares, seria muito difícil assegurar a vivência de uma família tradicional nos dias de hoje.

Descreveu a sua própria realidade familiar, explicando que enquanto estava presente na reunião, o pai da sua filha a apoiava como se ela própria estivesse lá e que posteriormente,

seria ela a assumir essa função, dado que o seu marido também tem compromissos profissionais. Indicou que esta articulação representa o funcionamento atual de muitas famílias, nas quais ambos os progenitores trabalham, procuram fazer o melhor e partilham responsabilidades.

Concluiu afirmando que, apesar de existirem questões específicas das mulheres, há igualmente características fundamentais que pertencem aos pais e que não ficaria confortável sem enaltecer esses pais exemplares.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares indicou que pretendia apresentar dois reparos, sendo o primeiro já referido pelo senhor presidente, o dia 8 de dezembro assinala o Dia da Padroeira de Portugal, Nossa Senhora da Conceição e não Nossa Senhora de Fátima, estando esta celebração historicamente associada à restauração da independência.

Assinalou que felizmente existem pais que desempenham plenamente o seu papel, tal como referido pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro, considerando que na realidade atual, a grande maioria dos pais, os “pais modernos”, acompanha ativamente os seus filhos, contrariando visões ultrapassadas sobre a estrutura familiar.

Observou que não se revia na formulação presente na Moção, nomeadamente quando esta menciona o papel insubstituível da mãe ou sugere o enfraquecimento da família tradicional. Questionou o próprio conceito de “família tradicional”, defendendo que o documento apresenta uma visão antiquada, mais adequada ao período entre 1940 e 1950. Explicou que, embora reconheça ser um dos pilares da sua família, esta não assenta num único pilar, mas sim em vários, tal como uma casa que se sustenta através de múltiplos elementos.

Defendeu que uma família tradicional é aquela onde existe amor, compreensão e harmonia e não um modelo em que a mãe permanece em casa a cuidar dos filhos enquanto o pai trabalha, ou em que o trabalho da mãe é entendido como um *hobby*. Considerou que felizmente, o papel da mãe evoluiu significativamente na sociedade, devendo continuar a reforçar-se e que não deve existir distinção entre pai e mãe no exercício das responsabilidades familiares. Recordou que há mães que criam os filhos sozinhas e pais que fazem o mesmo, assumindo integralmente a gestão do lar.

Concluiu afirmando que não se revia na Moção, por a considerar antiquada e pertencente a uma visão ultrapassada da família, sublinhando que as famílias tradicionais de hoje já não se identificam com o tradicionalismo expresso no documento.

O senhor vereador João Marques referiu que felizmente ainda tem a sua mãe, considerando-se um privilegiado por isso, acrescentando que ao longo da sua vida profissional enquanto professor, teve contacto com “imensas mães”, explicando que no início de cada ano letivo é comum não se conhecer de imediato o nome de todas as mães dos alunos, sendo habitual tratá-las por “mãe”, ou “mãe de X” ou “mãe de Y”. Observou que, nesse gesto, se reconhece simbolicamente o papel de mãe que cada uma desempenha.

Afirmou que todas essas mães, de formas diversas e com maior ou menor intensidade, cumprem o seu papel com dedicação e coragem, dentro das possibilidades e circunstâncias de cada família. Considerou, por isso que a expressão constante na proposta de deliberação, “com especial gratidão”, deve ser entendida à luz da diversidade das realidades familiares, lembrando que ninguém conhece totalmente o que se passa em cada casa para avaliar o grau de dedicação de uma mãe na educação dos seus filhos.

Defendeu que na sua medida, todas as mães demonstram dedicação e coragem, independentemente de serem mães que criam os filhos sozinhas, mães inseridas em famílias tradicionais ou mães integradas em famílias não tradicionais, que são as famílias existentes na sociedade atual.

Concluiu afirmando que todas as mães têm valor e que não é possível medir ou comparar a força que cada uma manifesta no acompanhamento dos seus filhos.

A senhora vereadora Maria Eugénia Murjal agradeceu a correção efetuada ao erro que havia cometido, explicando que resultara de distração, indicando não ter qualquer objeção à eliminação da referência à “Padroeira de Portugal” constante da Moção reconhecendo que, tal como o senhor presidente referira, o documento apresenta características mais próximas de uma Saudação do que de uma Moção.

Esclareceu que enaltecer o papel das mães não diminui o papel dos pais, referindo a título pessoal, que tem um pai a quem dedica amor, apreço e respeito, sublinhando que destacar as mães em datas comemorativas, como o mês das mães ou o Dia das Mães, não retira importância aos pais no contexto familiar, mas apenas valoriza o papel das mães. Contudo, nem todas as mães demonstram dedicação e coragem, assinalando que existem situações em que algumas abandonam os filhos, prejudicam-nos ou lhes causam danos graves, pelo que não é possível afirmar que todas as mães são dedicadas no cuidado dos seus filhos.

Relativamente à crítica apresentada pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares, de que a Moção seria antiquada, afirmou que é natural que algumas pessoas não se identifiquem com ideias conservadoras ou com a visão de que a natureza criada por Deus é perfeita. Indicou compreender a posição da senhora vereadora, mas reiterou que para si, a mãe continua e continuará a ser o pilar da família e da sociedade.

O senhor presidente afirmou que na essência do documento está a valorização do papel da mãe na sociedade e na família. Indicou rever-se plenamente nessa apreciação e nas expressões e afirmações constantes da Moção, confessando, contudo, ter alguma dificuldade, nos tempos atuais em considerar que determinadas situações se verificam de forma linear, tal como é referido no texto, deixando implícita a necessidade de ponderar a evolução das realidades familiares.

Submetida à votação, a Moção obteve um empate, com 1 voto contra da CDU, 5 abstenções (4 do PS e 1 do CDS-PP) e 1 voto a favor do CHEGA.

Verificando-se a situação em que o senhor presidente não poderia utilizar o seu voto de qualidade, foi realizada nova votação.

Submetida à votação, a Moção foi reprovada por maioria, com 2 votos contra (1 do PS e 1 da CDU), 4 abstenções (3 do PS e 1 do CDS-PP) e 1 voto a favor do CHEGA.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares apresentou a seguinte declaração de voto, em nome dos eleitos pelo PS que se abstiveram:

«A bancada do PS votou a Moção em abstenção porque, embora reconheçamos plenamente a importância insubstituível da mãe na família e na sociedade, entendemos que esta Moção peca por apresentar uma visão incompleta do papel parental e da própria família. Pais e mães, cada um à sua maneira, contribuem para a formação moral, emocional e social dos filhos, sendo ambos merecedores de reconhecimento e respeito. Esta Moção é restritiva e instrumentalizada quando invoca a família tradicional, sendo que os princípios como o respeito mútuo, a compreensão, a entreajuda, a responsabilidade e o amor são os princípios que devem orientar toda e qualquer família, seja tradicional ou não tradicional.

Só através do equilíbrio, do respeito e da valorização de todos os pilares da família, incluindo pai, mãe, irmãos, avós, conseguiremos construir uma sociedade mais forte e mais humana.»

O senhor presidente apresentou a seguinte declaração de voto em seu nome:

«Dar nota que me revejo na declaração de voto apresentada pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares e considerando que ficámos numa situação em que não me é possível, aplicar o voto de qualidade, voto contra para que o processo efetivamente avance, até porque a minha abstenção era mais, digamos, nada contra aquilo que está na essência, da Moção, o papel da mulher e, sobretudo o papel da mãe, mas não me revejo, de facto num conjunto de afirmações que, aqui e ali, acabam por tornar esta Moção muito pouco inclusiva. Aliás, a senhora vereadora Maria de Fátima Soares utilizou aqui uma expressão, uma casa é composta por vários pilares, não há uma casa que assente apenas e só num pilar e, portanto, esta é a minha posição e torná-la como declaração de voto.»

Pela senhora vereadora Maria Eugénia Murjal foi apresentada a seguinte Recomendação:

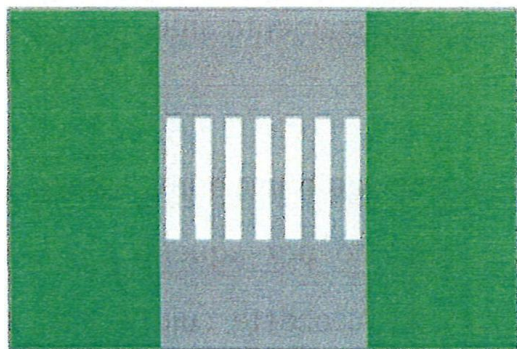
- Recomendação ao Executivo da CMA no sentido da marcação dos traçados nas passadeiras pedonais do concelho e correção dos desníveis existentes nas rampas de acesso às mesmas

«As passagens para peões, constituem infraestruturas fundamentais, na medida em que permitem a continuidade e promovem a segurança dos percursos pedonais.

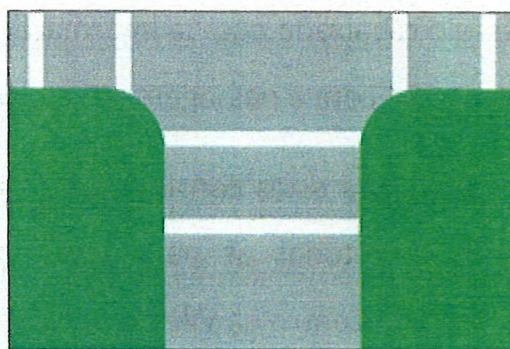
No entanto, constituem áreas de conflito entre os peões e o tráfego motorizado, pelo que a localização, visibilidade e acesso às mesmas deve assegurar o equilíbrio entre o modo pedonal e o rodoviário, proporcionando segurança e funcionalidade.

Por esta razão, a passagem para peões deve ser sinalizada por marca rodoviária (M11 ou M11a).

A marca M11a, apenas pode ser usada em passagens para peões reguladas por sinalização luminosa, sendo recomendável que seja apenas esta a marca usada nessas situações, por motivos de uniformidade.



M11



M11a – na presença de sinalização luminosa

A ausência de rebaixamento para a passagem para peões dificulta a acessibilidade a esta. Um rebaixamento incorretamente executado poderá funcionar como um degrau, o que dificultará a acessibilidade a peões.

Quando o rebaixamento não acompanha toda a extensão da passagem para peões, a fluidez no acesso a toda a extensão da passadeira fica especialmente dificultada a peões com mobilidade condicionada, podendo configurar uma barreira intransponível.

A boa prática recomenda que o passeio esteja devidamente nivelado com a rodovia, de modo que a deslocação se proceda de forma confortável, segura e sem ressalto, abrangendo toda a largura da passagem para peões e implantado ao longo de todo o atravessamento,

incluindo ambos os extremos da passagem para peões e, quando existam, as intersecções com separadores, ilhas e refúgios.

Para tal, é aconselhável a introdução de uma zona de rampa bem nivelada, imediatamente adjacente à passagem para peões.

Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, recomenda que seja executado o rebaixamento do lancil ao nível da rodovia e que "a altura do lancil em toda a largura das passagens de peões não deve ser superior a 0,02 metros, ou seja, 2 centímetros", sendo que o lancil deve estar nivelado ao longo de toda a extensão da passagem. A zona rebaixada deve ser à mesma cota da via.

Relativamente à sinalização para peões com limitações visuais, é aconselhável que a área de passeio rebaixada possua informação tátil de apoio ao atravessamento antes e depois da interceção com a passagem para peões.

Tendo em conta estas considerações, a vereação do CHEGA pede o início imediato das correções em todas as passadeiras do concelho, começando por aquelas que se encontram no centro da vila e à volta do passeio ribeirinho de Alcochete, cujos traçados são inexistentes.

Submeta-se a votação e inscreva-se em ata.»

Submetida à discussão, o senhor presidente afirmou que por uma questão de contenção de tempo, a Recomendação apresentada não mereceria a sua anuência, apontando três motivos imediatos.

Em primeiro lugar observou que a senhora vereadora Maria Eugénia Murjal introduz na Recomendação um conjunto de insinuações e questões de natureza técnica que o deixam na dúvida quanto ao destinatário da proposta, se ao Executivo da câmara municipal ou, eventualmente, aos técnicos municipais. Todavia e partindo do princípio de que a relação institucional se estabelece entre eleitos e Executivo, considerou um abuso colocar questões que são fundamentalmente técnicas, podendo ainda que não intencionalmente, transmitir a

ideia de que se está a pôr em causa a capacidade técnica dos serviços municipais, responsáveis pela preparação e desenvolvimento dos procedimentos em apreço.

Em segundo lugar referiu que os desenhos apresentados na recomendação não cumprem a legislação aplicável. Assinalou que no primeiro exemplo, faltam as barras de paragem, elemento obrigatório nas passadeiras e que não se encontram representadas na imagem.

Em terceiro lugar, destacou aquilo que considerou ser o motivo mais relevante para a sua não anuência, a Câmara Municipal de Alcochete desenvolve anualmente um procedimento específico para estas intervenções, o qual se encontra em vigor. Explicou que este tipo de trabalhos, pintura de passadeiras, sinalética horizontal, rebaixamento de passeios, é operacionalizado em tempo seco, não sendo executado durante períodos de chuva. Sublinhou que todos os anos se procede à pintura de passadeiras e sinalização, ao rebaixamento de passeios já existentes e ao cumprimento dos critérios legais em todas as vias e caminhos construídos de raiz.

Afirmou que basta observar as obras recentemente concluídas, como na avenida 5 de Outubro, na rua do Láparo ou na avenida Canto do Pinheiro, entre outras, para verificar que a sinalética para invisuais, quer a tátil, quer a aplicada no pavimento, cumpre integralmente a legislação. Reforçou que este trabalho faz parte da atividade regular da autarquia e que o procedimento anual já está preparado para avançar assim que se iniciar o período de verão, sendo executado todos os anos com maior ou menor abrangência, consoante as condições orçamentais. Esclareceu ainda que estas intervenções abrangem todo o concelho, incluindo a vila de Alcochete, a freguesia de São Francisco e a freguesia do Samouco.

O senhor vereador Pedro Lavrado concordou com a posição expressa pelo senhor presidente e considerou que na sua opinião, os três primeiros parágrafos da Recomendação e, eventualmente, o relativo ao rebaixamento dos passeios seriam suficientes.

Assinalou que a Recomendação apresentada não lhe parecia abonatória para os técnicos do município, por incluir indicações de natureza técnica que competem exclusivamente aos serviços municipais analisar, avaliar e implementar. Sublinhou que os técnicos da autarquia são profissionais habilitados e competentes, não compreendendo por isso a inclusão de

legislação específica sobre o rebaixamento de lancis, nem de figuras técnicas que, conforme já referido pelo senhor presidente, não estão corretas, nomeadamente no que respeita à pintura das passadeiras.

Considerou que a recomendação poderia ter sido exclusivamente política, não lhe parecendo adequado que incluísse recomendações técnicas, recordando que existe um procedimento anual para a pintura de toda a sinalização horizontal nas vias do concelho, não apenas passadeiras e que esse procedimento se inicia habitualmente entre junho e julho, quando já não há períodos de chuva, dado que estes trabalhos não podem ser executados com humidade, sob pena de comprometer a durabilidade da pintura.

Defendeu que a Recomendação não faz sentido, uma vez que estas intervenções constituem prática regular da câmara municipal, que cumpre anualmente este procedimento. Esclareceu que embora nem todas as passadeiras sejam pintadas todos os anos, existe uma contratação externa, com um valor aproximado de €100.000,00, que permite executar estes trabalhos sempre que necessário.

Relativamente ao rebaixamento de passeios, indicou que a autarquia tem vindo a realizar essas intervenções de forma gradual nas zonas mais antigas. Nas áreas recentemente intervencionadas, referiu que os rebaixamentos são sempre efetuados, uma vez que a legislação atualmente em vigor já os exige.

A senhora vereadora Maria Eugénia Murjal afirmou que o que poderia concluir das intervenções anteriores, é que estaria tudo muito bem, observando, contudo, que essa perceção não correspondia à realidade, exemplificando com várias vias da vila onde as passadeiras não se encontram devidamente marcadas, referindo a rua do Norte, a avenida Dom Manuel I e a rua da Quebrada, indicando que nessas zonas não existe qualquer marcação visível.

Assinalou que já presenciou veículos a entrar em algumas dessas ruas enquanto pessoas, sobretudo idosas que circulam frequentemente naquela área, procuravam identificar o local exato da passadeira, chegando a comentar consigo, na via pública, que aguardavam pela respetiva marcação.

Indicou que a sua intenção ao apresentar a Recomendação foi precisamente evitar situações em que existam passadeiras sem marcação ou locais onde os peões não sabem onde atravessar. Acrescentou que estas intervenções não são realizadas todos os anos, contrariando o que havia sido afirmado. Explicou que embora não tenha nascido em Alcochete, nem resida no concelho há décadas, desde que vive na vila observa que várias ruas interiores e principais, onde circulam turistas, famílias e crianças, especialmente na zona ribeirinha, não têm passadeiras devidamente assinaladas.

Concluiu afirmando que se a Recomendação não fosse aprovada, aceitava essa decisão, mas solicitou que não se afirmasse que a autarquia está a cumprir plenamente o seu trabalho, pois, na sua opinião, tal não corresponde à verdade.

O senhor presidente referiu que a senhora vereadora Maria Eugénia Murjal proferira um conjunto de afirmações profundamente incorretas, dando como exemplo a ideia de que no Passeio do Tejo não existem passadeiras, esclarecendo que ao longo do Passeio do Tejo, que acompanha a frente ribeirinha, incluindo o jardim do Rossio, existem num troço de cerca de 500 metros, 3 ou 4 passadeiras elevadas. Sublinhou que estas não são pintadas porque não têm de o ser, sendo constituídas por pedras de cores diferentes, elevadas e devidamente sinalizadas.

Asseverou que a senhora vereadora não tem de falar de acordo com o que o Executivo pretende, mas pediu que seja correta, observando que, na sua opinião, tal não acontecera na intervenção anterior. Reforçou que ninguém afirmara que “o trabalho estava todo feito”. O que fora dito, sem referência a qualquer rua ou artéria específica, é que a câmara municipal realiza anualmente uma contratação externa, um procedimento que inclui a pintura de passadeiras, a sinalização horizontal e o rebaixamento de passeios, de forma gradual, não através de uma empreitada generalizada, dado que existem outras prioridades.

Esclareceu que esse procedimento anual tem um valor aproximado de €100.000,00 e que é aplicado de acordo com as necessidades. Sublinhou ainda que a autarquia cumpre a legislação vigente em todas as empreitadas novas, dando como exemplos a avenida Canto Pinheiro, a avenida 5 de Outubro e a rua do Láparo, entre outras intervenções recentes.

Nessas obras, afirmou, existem semáforos, passadeiras elevadas e outras niveladas com a rede viária, todas com a respetiva sinalização.

Submetida à votação, a Recomendação foi reprovada por maioria, com 5 votos contra (4 do PS e 1 da CDU), 1 abstenção do CDS-PP e 1 voto a favor do CHEGA.

A senhora vereadora Raquel Prazeres apresentou a seguinte declaração de voto, em nome da CDU:

«Como é óbvio, não sou contra as passadeiras, ninguém o é e espero que haja de facto, como o senhor presidente falou, um plano para elas serem pintadas, projetadas e tudo mais e relembro a senhora vereadora, o Executivo com pelouros atribuídos não é técnico. Aliás, não se deve imiscuir nas questões técnicas, para isso estão cá os nossos trabalhadores, têm as suas competências e as suas responsabilidades.

Agora, um Executivo que não siga um parecer técnico dos seus trabalhadores, aí sim, entra em responsabilidade política e, portanto, aqui ninguém, nem os que estão na oposição, nem os que estão com pelouros atribuídos, têm capacidade, nem o devem fazer, correndo o risco de ser o caos. Cada um chegava com a sua ideia e aplicava-a. Portanto, foi por isso que eu votei contra.»

Pela senhora vereadora Maria Eugénia Murjal foi apresentada a seguinte Recomendação:

- Recomendação ao Executivo da CMA no sentido da implementação de um circuito de vigilância com câmaras de segurança em espaços públicos suscetíveis de vandalismo e outras práticas ilícitas ou criminais

«No decurso dos últimos acontecimentos de vandalização das instalações sanitárias do Parque de Merendas da Fonte da Senhora, em Alcochete e no seguimento do reconhecimento público deste Executivo em relação aos constantes atos de vandalismo praticados em espaços lúdicos que deveriam encontrar-se sempre disponíveis e pulcros para as famílias do nosso concelho.

A vereação do CHEGA na Câmara Municipal de Alcochete recomenda o início imediato de um estudo para a instalação de um sistema fechado de vigilância nos parques infantis, parques de merendas, ringues desportivos e todos os equipamentos públicos de uso livre, cujo funcionamento esteja bem visível para o conhecimento de todos os utilizadores e que se encontre interligado à GNR de Alcochete com a possibilidade de celebração de protocolos de colaboração com este destacamento.

Aproveitamos para reiterar a recomendação desta mesma solução para os espaços de depósito de lixo onde se realizam descargas ilegais e desordenadas de resíduos que poluem visual e quimicamente o nosso ambiente.

Relembramos a obrigação que nos assiste de tudo fazer para a proteção do património público, da paz e do bem-estar dos alcochetanos, perante o avanço da falta de civismo no nosso concelho.

Submeta-se a votação e inscreva-se em ata.»

Submetida à discussão, o senhor presidente afirmou que votaria contra a presente Recomendação, explicando que o tema em causa se encontra atualmente em apreciação no âmbito do Conselho Metropolitano da Área Metropolitana de Lisboa, envolvendo os 18 municípios que a integram. Referiu que alguns desses municípios já dispõem de sistemas de videovigilância implementados, mas sublinhou que se trata de uma matéria transversal a toda a Área Metropolitana e que está a ser trabalhada de forma conjunta. Por esse motivo, considerou que não fazia sentido, na sua perspetiva, acolher a Recomendação.

Recordou que a câmara municipal, em articulação com o seu Gabinete de Comunicação e Imagem e com as unidades orgânicas responsáveis pela gestão de resíduos, está a desenvolver uma campanha de sensibilização de grande dimensão sobre esta temática. Indicou que a campanha, com duração nunca inferior a 3 meses, incluirá outdoors, *flyers* distribuídos porta a porta e diversas ações de comunicação, procurando alertar a população para comportamentos adequados no despejo de monos, verdes e outros resíduos. Sublinhou que esta iniciativa envolve também a unidade orgânica financeira e de planeamento, numa

ação coordenada entre vários serviços municipais, assinalando que o problema dos resíduos é igualmente transversal a todos os municípios da Área Metropolitana de Lisboa e que o Conselho Metropolitano está a tratar da questão dos sistemas de tratamento, uma vez que, no caso concreto de Alcochete, o serviço prestado pela AMARSUL não corresponde às necessidades, nem assegura níveis de eficiência e eficácia desejáveis. Assim, a câmara municipal está simultaneamente a desenvolver um processo de sensibilização local e a acompanhar o trabalho metropolitano sobre soluções estruturais.

Concluiu retirando que na essência da Recomendação apresentada, o processo referido está já em apreciação no Conselho Metropolitano da Área Metropolitana de Lisboa, pelo que, na sua perspetiva, não fazia sentido anuírem à proposta.

Submetida à votação, a Recomendação foi reprovada por maioria, com 6 votos contra (4 do PS, 1 do CDS-PP e 1 da CDU) e 1 voto a favor do CHEGA.

Pela senhora vereadora Raquel Prazeres foi apresentada a seguinte Recomendação:

– Ambiente e Espaço Público

«Tendo em conta que o espaço público se encontra, com frequência, degradado, em grande medida devido à utilização inadequada dos locais destinados à deposição de resíduos;

Tendo ainda em consideração que é recorrente a deposição indevida de monos em locais já identificados, contribuindo para a degradação do espaço urbano, bem como para potenciais riscos para a saúde pública;

A Câmara Municipal de Alcochete, reunida em 13 de maio de 2026, delibera recomendar:

1. Que seja feito um levantamento das zonas onde habitualmente são deixados monos;

2. Que sejam devidamente assinalados e divulgados os locais e os dias destinados à recolha de monos, bem como os contactos necessários para o respetivo agendamento, incluindo a colocação dessa informação nos próprios locais;
3. Que sejam promovidas ações de informação e sensibilização junto da população, incluindo a comunidade escolar, com vista à correta utilização do espaço público e dos sistemas de recolha de resíduos.»

Submetida à discussão e votação, a Recomendação foi aprovada por maioria, com 1 voto a favor da CDU e 6 abstenções (4 do PS, 1 do CDS-PP e 1 do CHEGA).

Pela senhora vereadora Raquel Prazeres foi apresentada a seguinte Recomendação:

– Avaliação da Segurança no Espaço Público em Alcochete

«Tendo em conta os alarmismos que têm vindo a ser difundidos por alguns, suscetíveis de gerar medo e uma perceção distorcida de insegurança na nossa comunidade, entende-se como essencial promover uma avaliação factual da realidade da criminalidade no espaço público do concelho de Alcochete.

Só com base em dados concretos, rigorosos e atualizados será possível avaliar com precisão a situação existente e, posteriormente, definir as medidas adequadas que eventualmente se mostrem necessárias. Importa evitar a adoção de soluções precipitadas ou desproporcionadas, que possam representar encargos injustificados para os recursos públicos, motivadas apenas por perceções subjetivas de insegurança ou pela tentativa de replicar respostas adotadas noutros contextos.

A atuação nesta matéria deve assentar no conhecimento objetivo da natureza e dimensão da criminalidade existente, garantindo sempre o respeito pelas competências das forças de segurança, nomeadamente da Guarda Nacional Republicana, responsável pela área territorial do nosso concelho.

Assim, a Câmara Municipal de Alcochete, reunida em 13 de maio de 2026, delibera:

1. Solicitar às entidades competentes a realização de uma avaliação rigorosa e fundamentada da situação de segurança em todo o concelho de Alcochete, com vista à elaboração de um diagnóstico realista da criminalidade no espaço público;
2. Após a conclusão dessa avaliação e caso se justifique, promover a definição de medidas adequadas de mitigação, em articulação com as autoridades competentes.»

Submetida à discussão, o senhor presidente partilhou que todas as recomendações apresentadas refletem preocupações legítimas, que a câmara municipal sempre teve e que, nos dias de hoje, assume particular relevância. Indicou, contudo, que pretendia deixar todos tranquilos relativamente à matéria em discussão, sublinhando que as afirmações do Executivo se baseiam em relatórios, números e factos.

Referiu que a autarquia tem como referência o Relatório Anual de Segurança Interna de 2025, bem como o trabalho desenvolvido em articulação com o Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana e em especial, com o Posto Territorial da GNR de Alcochete. Afirmou, sem qualquer reserva, que o concelho de Alcochete é um concelho seguro.

Explicou que, no distrito de Setúbal, composto por 13 concelhos, Alcochete apresenta níveis de criminalidade inferiores aos de todos os outros municípios, excetuando Alcácer do Sal. Sublinhou que a criminalidade abrange diversas tipologias, desde condução sob efeito de álcool ou sem documentos, até atentados ao património, como acidentes que danificam rotundas ou muros. Indicou que existe um ligeiro crescimento face ao ano anterior, mas que o concelho permanece abaixo da média nacional.

Acrescentou que em resposta direta a uma questão colocada ao Posto Territorial da GNR de Alcochete, o respetivo comandante afirmou que o concelho de Alcochete é um concelho seguro. Considerou, por isso pertinente a preocupação expressa na Recomendação, sublinhando que a segurança não tem ideologia, fronteiras ou barreiras, sendo uma responsabilidade comum. Reforçou, porém, que até ao momento, os dados disponíveis

permitem afirmar que Alcochete é um território seguro, com qualidade de vida também sustentada pela segurança pública.

Indicou que o maior número de ocorrências registadas diz respeito a atentados ao património, muitas vezes resultantes de acidentes que danificam infraestruturas públicas. Já no que respeita a crimes como roubo ou homicídio, afirmou que os números são reduzidos, reforçando a tranquilidade vivida no concelho.

Submetida à votação, a Recomendação foi reprovada por maioria, com 1 voto a favor da CDU, 4 abstenções do PS e 2 votos contra (1 do CDS-PP e 1 do CHEGA).

C. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €1.573.248,69 (um milhão, quinhentos e setenta e três mil, duzentos e quarenta e oito euros e sessenta e nove cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente informou que entre os dias 29/04/2026 e 12/05/2026, autorizou o pagamento da despesa, no montante de €613.829,79 (seiscentos e treze mil, oitocentos e vinte e nove euros e setenta e nove cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 1494 ao n.º 1665.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação de atas:

- **Ata da reunião ordinária realizada em 07 de janeiro de 2026**

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:

O senhor presidente solicitou que a apresentação dos pontos se iniciasse pelas propostas da senhora vereadora Maria de Fátima Soares, em virtude de a senhora vereadora ter de se ausentar da reunião para representar o município no exterior.

Procedeu-se à renumeração dos pontos apresentados pelo senhor presidente e pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares.

4.1. Aprovação do parecer da Câmara Municipal de Alcochete para efeitos do pedido de atribuição do estatuto de utilidade pública à ADA – Associação para o Desenvolvimento do Arco Ribeirinho Sul

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«A ADA – Associação para o Desenvolvimento do Arco Ribeirinho Sul, anteriormente denominada ADA – Associação para o Desenvolvimento de Alcochete, constituída inicialmente para intervenção no concelho de Alcochete, alargou recentemente o seu âmbito de atividade a toda a região de Setúbal, de forma que a sua intervenção fosse mais abrangente. Neste novo contexto, pretende a ADA apresentar o pedido de atribuição do estatuto de utilidade pública à Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, de acordo com o estipulado no artigo 2.º, número 1, da Portaria n.º 138-A/2021, de 30 de junho, que procede à regulamentação da Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública, aprovada em anexo à Lei n.º 36/2021, de 14 de junho.

De acordo com o artigo 4.º, número 1, do anexo à Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, o estatuto de utilidade pública pode ser atribuído às pessoas coletivas que prossigam fins de interesse geral, regional ou local e que cooperem, nesse âmbito, com a administração central, regional ou local.

Nos termos da alínea g), do artigo 2.º da referida Portaria, esta Associação, deverá, para o efeito, reunir um conjunto de documentos, entre os quais, um parecer fundamentado da Câmara Municipal da sua sede (alínea ix).

Estando os responsáveis desta coletividade cientes da legislação referente ao estatuto de utilidade pública e tendo os mesmos assinado um compromisso de honra no que respeita à realização dos fins que o estatuto lhe confere, propõe-se, ao abrigo da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, a aprovação do parecer da Câmara Municipal de Alcochete à ADA – Associação para o Desenvolvimento do Arco Ribeirinho Sul, para efeitos de solicitação do referido estatuto (anexo).

Em complemento à análise, são ainda anexados os seguintes documentos:

- Resumo da atividade da associação nos últimos anos;
- Declaração sob Compromisso de Honra.»

Submetida à discussão, o senhor vereador João Marques referiu que a ADA – Associação para o Desenvolvimento do Arco Ribeirinho Sul é uma entidade com muitos anos de atividade em Alcochete, com intervenção de cariz social e colaboração regular com a Administração Pública, incluindo a câmara municipal, prestando respostas à comunidade, sublinhando que as iniciativas desenvolvidas pela associação são gratuitas e que esta não tem fins lucrativos.

Considerou, contudo, que para efeitos de atribuição do Estatuto de Utilidade Pública seria importante que nos relatórios de atividades apresentados, houvesse uma maior explicitação do trabalho realizado, tendo apontado que o documento menciona 49 ações formativas, que reconhece como meritórias, nomeadamente na prevenção e combate à violência e na

promoção da igualdade, no âmbito do “Projeto Empodera-te”, mas que seria relevante conhecer melhor o conteúdo dessas ações, os públicos abrangidos e o impacto concreto junto das comunidades.

Assinalou que o mesmo se aplica ao “Projeto Arte à Escolhas”, cujas atividades representam certamente uma mais-valia para o desenvolvimento social, mas cujo detalhe não é claro para quem desconhece o trabalho da associação. Observou que muitas pessoas sabem que a ADA desenvolve projetos, mas não têm conhecimento específico sobre o que é feito em cada um deles, defendendo que uma maior abertura e clareza na descrição das atividades poderia contribuir para que o trabalho da associação fosse mais conhecido, permitindo cativar novos parceiros institucionais e reforçar a colaboração com outros municípios, como Barreiro, Montijo ou Moita, com os quais a ADA já trabalha.

Concluiu afirmando que quando surgem pedidos de parecer para atribuição do Estatuto de Utilidade Pública, seria desejável que as associações apresentassem informação mais concreta, pois quando lhe perguntam “o que fazem efetivamente?”, a resposta “fazem projetos” é demasiado vaga para quem não conhece a associação. Acrescentou que apesar de conhecer o trabalho da ADA, não dispõe da especificidade das ações para poder responder de forma completa, todavia a proposta de atribuição do Estatuto de Utilidade Pública à ADA terá o seu parecer favorável.

O senhor presidente esclareceu que a competência da câmara municipal, neste tipo de processos, não consiste na realização de uma análise exaustiva da atividade desenvolvida pela associação. Explicou que por esse motivo é apresentado apenas um resumo, cabendo aos organismos competentes pela atribuição do Estatuto de Utilidade Pública proceder à avaliação aprofundada.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares referiu que lhe causa surpresa que em 2026, ainda existam pessoas que não conhecem o trabalho desenvolvido pela ADA – Associação para o Desenvolvimento do Arco Ribeirinho Sul, recordando que praticamente todos os anos, a câmara municipal aprecia e aprova projetos da associação, dando continuidade ao seu objeto social.

Partilhou que o “Projeto Artes à Escolhas”, atualmente na sua 9.^a edição, continua em execução, explicando que o projeto funciona na sede situada em frente ao edifício do Vulcanense e que visa a inclusão e integração social de crianças carenciadas, proporcionando apoio em várias vertentes, incluindo apoio escolar e psicológico. Sublinhou que o trabalho desenvolvido abrange não apenas as crianças, mas também os respetivos agregados familiares, constituindo um projeto consistente e de grande impacto social.

Referiu igualmente o “Projeto Hub Social”, que decorre há vários anos e cuja continuidade foi recentemente apoiada pela câmara municipal através da atribuição de um subsídio. Assinalou que a ADA trabalhou intensamente com a autarquia no âmbito dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), entretanto concluídos e que doravante, a associação terá de assegurar o seu próprio financiamento, mantendo o seu caráter social desde a origem.

Concluiu recordando que a ADA era inicialmente designada por Associação para o Desenvolvimento de Alcochete, tendo alterado a sua denominação para Associação para o Desenvolvimento do Arco Ribeirinho Sul com o objetivo de alargar a sua intervenção a outras autarquias, explicando que esta mudança visa reforçar a sustentabilidade da associação, permitindo levar a outros territórios os projetos que têm demonstrado sucesso em Alcochete.

A senhora vereadora Raquel Prazeres agradeceu as explicações prestadas, contudo, indicou que tinha de concordar com o senhor vereador João Marques, uma vez que a câmara municipal está a emitir um parecer e, nesse contexto, considerou importante dispor de informação mais detalhada sobre o impacto das atividades desenvolvidas pela ADA.

Referiu que acredita que exista monitorização do trabalho da associação, mas que seria útil compreender melhor o alcance das ações realizadas. Exemplificou com as 49 ações formativas mencionadas no relatório, observando que não é claro se correspondem a ações dirigidas a turmas inteiras, a grupos específicos ou a participantes individuais, nem qual o período exato em que foram desenvolvidas. Sublinhou que aprecia o valor do trabalho da ADA e que votaria favoravelmente o parecer, mas reiterou que partilha a preocupação de perceber melhor o impacto real das iniciativas.

Acrescentou que essa compreensão também passa por um maior contacto da autarquia com a associação, de forma a conhecer mais profundamente o trabalho realizado. Observou que o relatório de atividades apresentado é, em alguns aspetos, pouco expressivo quanto ao valor concreto das ações, indicando que a informação “fizemos 49 ações formativas” não permite avaliar plenamente o seu efeito.

Concluiu afirmando que não se trata de pôr em causa o mérito da associação, cujo trabalho reconhece e valoriza, mas sim de compreender melhor “o fruto das sementes que têm vindo a ser plantadas”.

O senhor presidente afirmou que a essência da questão levantada pela senhora vereadora Raquel Prazeres estava clara e que era precisamente isso que havia sido referido. Acrescentou, contudo, alguns dados que constam dos projetos desenvolvidos pela ADA, recordando, a título de exemplo, que o “Projeto Empodera-te” abrangeu 753 participantes, número que resulta do trabalho realizado no âmbito dessa iniciativa.

Referiu também o “Hub Social”, que registou 357 inscrições, destacando-se 34 participantes que desenvolveram atividades específicas no âmbito do projeto. Observou que, apesar destes números constarem dos documentos, compreende que possa faltar alguma informação adicional que permita perceber de forma mais concreta o impacto das ações, como, por exemplo, se os participantes realizaram trabalhos, projetos ou outras atividades que tenham produzido resultados visíveis.

Concluiu reconhecendo que essa dimensão mais qualitativa poderia, eventualmente, enriquecer o relatório de atividades.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares expressou que a câmara municipal reconhece plenamente o papel da ADA no território, conhecendo de forma essencial o trabalho que a associação desenvolve com as pessoas, numa abordagem integral. Referiu que lamenta que subsistam dúvidas sobre o alcance das atividades, acrescentando que, numa próxima ocasião em que apresente um projeto da ADA, solicitará a presença de alguém da própria associação para esclarecer diretamente todas as questões.

Sublinhou que o papel da câmara, neste contexto, é o de manifestar reconhecimento e confiança na ADA, confirmando que a associação possui o perfil adequado para a atribuição do Estatuto de Utilidade Pública, o qual lhe poderá conferir benefícios previstos na Lei, esclarecendo que o que está em apreciação é apenas o parecer da câmara municipal, não a decisão final sobre a atribuição do Estatuto, uma vez que o procedimento seguirá para outras instâncias competentes, sendo a própria associação responsável pela condução do processo.

O senhor presidente afirmou compreender a leitura apresentada pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares, destacando que esta possui uma vantagem adicional por ter liderado o processo desenvolvido ao abrigo do PRR, particularmente no âmbito das comunidades desfavorecidas, onde a ADA, entre outras entidades, desenvolveu um conjunto significativo de ações e atividades.

Indicou que, nesse sentido, compreende a posição expressa, mas também entende as dúvidas colocadas pelos vereadores, reiterando, contudo, que essas questões não influenciarão a posição global da câmara municipal relativamente ao parecer em apreciação.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por maioria, com 6 votos a favor (4 do PS, 1 do CDS-PP e 1 da CDU) e 1 abstenção do CHEGA, bem como, anexar o Parecer, o Resumo da Atividade da Associação e a Declaração sob Compromisso de Honra, como **Doc. 1**.

4.2. Celebração de Contrato Programa com a Associação das Tradicionais Festas de Confraternização Camponesa de São Francisco

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Movimento Associativo tem um papel determinante no desenvolvimento local, com uma intervenção inequívoca neste território, pelo que há que garantir o apoio às associações e aos seus dirigentes, procurando atenuar as dificuldades quotidianas

sentidas para manter o funcionamento da sua atividade, regular ou pontual, com a devida definição de critérios respeitando os princípios da, equidade social, onde o rigor e a transparência são fatores essenciais para a concretização de um projeto participado, assente na parceria e cooperação.

Assim, considerando:

- As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23.º, n.º 2, alíneas e) e f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento;
- A competência da Câmara Municipal, nos termos das alíneas o) e u), do artigo 33.º, n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza as instituições legalmente constituídas, com vista à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra;
- A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria;
- As reuniões dinamizadas com os interessados, com a indicação das propostas de atividades a serem consideradas para o ano de 2026, bem como os critérios para a atribuição dos apoios, tendo os presentes concordado com a proposta apresentada.

Assim, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €27.000,00 (vinte e sete mil euros), à Associação das Tradicionais Festas de Confraternização Camponesa de São Francisco.»

Submetida à discussão, o senhor presidente informou que as Tradicionais Festas de Confraternização Camponesa de São Francisco terão início a 28 de maio, prolongando-se até ao dia 31 do mesmo mês, tendo parabenizado todas as mulheres e homens que integram a associação organizadora, destacando o esforço hercúleo que têm desenvolvido na preservação das mais genuínas tradições, usos e costumes da freguesia.

Prosseguiu deixando um alerta onde sublinhou que os tempos atuais afastam muitas pessoas da disponibilidade necessária para assumir estas funções, pelo que é fundamental motivar, apoiar e reconhecer quem se dedica a manter vivas estas tradições. Recordou que preservar a memória coletiva é essencial, afirmando que “um povo sem memória é um povo sem cultura”, acrescentando que não deve existir a ideia de que caso estas associações deixem de organizar as festas, a câmara municipal assumirá automaticamente essa responsabilidade. Esclareceu que tal não corresponde à realidade, pois a genuinidade destas celebrações assenta precisamente na participação de pessoas de várias gerações, que se envolvem com maior ou menor sacrifício, “vestindo a camisola” das suas freguesias, seja São Francisco, Samouco ou Alcochete, na defesa do que é tradicional e distintivo do concelho.

Esclareceu que estava em apreciação o Contrato-Programa, não apenas para as festas, mas também para um conjunto de ações e iniciativas que a associação desenvolve ao longo do ano com o objetivo de angariar receita, tal como sucede com todas as associações de festas. Sublinhou que este apoio permite investir no cartaz cultural e tradicional de cada freguesia, começando, como habitualmente, pela freguesia de São Francisco.

A senhora vereadora Raquel Prazeres felicitou a Associação das Tradicionais Festas de Confraternização Camponesa de São Francisco, sublinhando que o trabalho desenvolvido assenta no voluntariado, frequentemente sujeito a críticas, lembrando que “quem não faz, muitas vezes, critica mais facilmente do que quem faz”. Considerou que, tal como o senhor presidente referiu, sem esta vontade de contribuir para a sua terra e trabalhar sem remuneração, as tradições perder-se-iam.

Referiu que já acompanhou de perto o trabalho de várias associações, incluindo as responsáveis pelas festas, reconhecendo o esforço intenso que realizam, muitas vezes sem

descanso, durante vários dias. Deixou uma palavra de parabéns, força e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido.

O senhor vereador João Marques manifestou o seu carinho pela Associação das Tradicionais Festas de Confraternização Camponesa de São Francisco, recordando que foi uma das primeiras associações com as quais colaborou quando iniciou, simultaneamente, a sua atividade profissional e a docência. Referiu que foi “absorvido” pela associação, razão pela qual mantém uma ligação afetiva especial, reconhecendo publicamente a capacidade organizativa da associação, destacada anteriormente pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares.

Recordou que em tempo recorde, a associação respondeu a um desafio lançado pelo município, no âmbito da Quinzena da Juventude, para organizar uma largada taurina destinada aos jovens, uma tradição popular do concelho. A associação conseguiu concretizar o evento com grande sucesso, apesar da preocupação e responsabilidade que assumiu durante a preparação.

Sublinhou que os membros da associação têm um forte sentido de pertença ao concelho, não se limitando a trabalhar apenas por São Francisco, mas demonstrando um compromisso alargado com Alcochete. Destacou a forma exemplar como se organizam e a colaboração institucional que mantêm com diversas entidades, considerando que esse trabalho deve ser valorizado e reconhecido.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Contrato-Programa, como **Doc. 2**.

4.3. Plano de Coordenação – Festas de Confraternização Camponesa de São Francisco – Edição 2026

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«A necessidade de constituir um dispositivo de prevenção e resposta integrado, no âmbito da proteção e socorro, adequado ao risco acrescido e identificado, com elevado grau de prontidão, têm sido uma preocupação do Serviço Municipal de Protecção Civil, no desenvolvimento de ações preventivas que procuram salvaguardar a segurança de pessoas e bens, durante o período das Festas de Confraternização Camponesa de São Francisco que decorrem de 28 de maio a 31 de maio, para o qual foi elaborado o Plano de Coordenação (PC), em estreita articulação com os Bombeiros Voluntários de Alcochete, Guarda Nacional Republicana, Autoridade de Saúde Local, Junta de Freguesia de São Francisco e Comissão de Festas.

Neste PC, eminentemente operacional, estão referenciadas as estratégias de atuação dos agentes de Protecção Civil, as suas responsabilidades, os sistemas de alerta, os planos prévios de intervenção, a estrutura de coordenação, a administração e logística, entre outras medidas preventivas, como essencial para obtenção de um bom planeamento e organização das operações de proteção e socorro necessárias à resposta.

Assim e após análise, propõe-se a aprovação do referido plano que será remetido a todas as entidades envolvidas e ao Comando Sub-Regional de Emergência e Protecção Civil da Península de Setúbal, para período de vigência referido anteriormente»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.4. Prorrogação do prazo relativo ao procedimento para alteração do Plano de Pormenor de Expansão da Área de Indústria, Comércio e Serviços do Passil (PP Expansão do Passil Norte)

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

1. Na reunião ordinária de 05 de novembro de 2025, a Câmara Municipal de Alcochete deliberou, ao abrigo do disposto no artigo 76.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, aprovar o

reinício do procedimento de alteração do Plano de Pormenor de Expansão da Área de Indústria, Comércio e Serviços do Passil (PP Expansão do Passil Norte), estabelecendo um prazo de 6 (seis) meses para a elaboração da alteração do plano em referência, bem como um período de participação pública nos termos do RJIGT, publicado no “Diário da República”, 2.ª Série, n.º 233 de 3 de dezembro de 2025, sob o Aviso n.º 29640/2025;

2. Em complemento, a Câmara Municipal aprovou na mesma reunião a proposta de renovar o Contrato para Planeamento, respetivos anexos e Termos de Referência tendo em vista a contratualização entre a Administração e o interessado no que respeita à alteração do Plano de Pormenor de Expansão da Área de Indústria, Comércio e Serviços do Passil (PP Expansão do Passil Norte), nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 79.º do RJIGT, tendo sido estabelecido período de participação pública nos termos do RJIGT, publicado no “Diário da República”, 2.ª Série, n.º 223 de 18 de novembro de 2025, sob o Aviso n.º 28538/2025;
3. Apesar dos trabalhos de elaboração e de tramitação do Plano de Pormenor se encontrarem, na presente data, em fase de conclusão, o prazo inicialmente estabelecido encontra-se a finalizar, pelo que deverá ser determinada a prorrogação para a conclusão do procedimento, nos termos do n.º 6, do artigo 76.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, mantendo e revalidando os termos de referência, bem como todos os documentos e procedimentos integrantes na deliberação de 5 de novembro de 2025.

Propõe-se que a Câmara delibere:

1. Nos termos do n.º 6, do artigo 76.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio (RJIGT), prorrogar o prazo do procedimento de elaboração de alteração do Plano de Pormenor de Expansão da Área de Indústria, Comércio e Serviços do Passil (PP Expansão do Passil Norte) pelo período complementar de 6 meses, contados a partir do termo do prazo inicial, estabelecido no Aviso n.º 29640/2025 publicado no “Diário da República”, 2.ª Série, n.º 233, de 3 de dezembro de 2025, mantendo e revalidando

os termos de referencia bem como todos os documentos integrantes na deliberação inicial;

2. Proceder à publicação e publicitação da presente deliberação, nos termos do RJIGT.

Junta-se minuta do Aviso correspondente à deliberação de aprovação para a prorrogação de prazo do procedimento para a alteração do Plano de Pormenor de Expansão da Área de Indústria, Comércio e Serviços do Passil (PP Expansão do Passil Norte) pelo período complementar de 6 meses, contados a partir do termo do prazo inicial.»

Submetida à discussão, o senhor vereador João Marques referiu que o ponto 3 da proposta indica que, apesar dos trabalhos de elaboração e de tramitação se encontrarem em fase de conclusão, é necessária uma prorrogação de 6 meses. Manifestou a expectativa de que, findo esse prazo, o procedimento esteja efetivamente concluído, evitando novos adiamentos que possam comprometer um investimento futuro relevante para a área industrial do concelho, sublinhando que é urgente avançar com este processo.

Concluiu afirmando que estando na fase final, espera que esta seja realmente a fase final.

O senhor presidente afirmou que este procedimento é de grande importância para o município, uma vez que a expansão da área industrial permite atrair mais empresas, gerar maior empregabilidade e, consequentemente, melhorar a qualidade de vida da população. Acrescentou que o desenvolvimento de emprego qualificado contribui para o fortalecimento da economia local e para uma dinâmica económica mais robusta, reforçando a relevância estratégica da conclusão do Plano de Pormenor de Expansão do Passil Norte.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por maioria, com 6 votos a favor (4 do PS, 1 do CDS-PP e 1 da CDU) e 1 abstenção do CHEGA, bem como, anexar a Minuta do Aviso, como **Doc. 3**.

4.5. Procedimento de Concurso Público para a “Aquisição de Serviços de Seguros, por Um Período de 12 meses, Automaticamente Prorrogado por Período Igual

e Sucessivo, Lote 3” – Proc. n.º 30/26/CP: Decisão de Adjudicação – Retificação da Repartição de Encargos

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Em conformidade com o proposto, conforme Anexo I, propõe-se para deliberação a ratificação da decisão do senhor presidente da câmara, em conformidade com o disposto no n.º 3, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assim proponho, submeter à aprovação do órgão executivo:

- 1) Ratificação da decisão do senhor presidente da câmara de retificação da repartição de encargos, anos 2026 e 2028.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Anexo I, como **Doc. 4**.

Não votou a senhora vereadora Maria de Fátima Soares por se ter ausentado da reunião.

4.6. Cedência do Espaço Público e aprovação do horário das festividades para a realização da Tradicional Festa de Confraternização Camponesa de São Francisco

Pelo senhor vereador Pedro Lavrado foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

1. No corrente ano de 2026, à semelhança dos anos anteriores está programada nova edição da tradicional Festa de Confraternização Camponesa de São Francisco, envolvendo a realização de espetáculos e atividades de carácter lúdico, cultural, recreativo e religioso nos espaços públicos da freguesia de São Francisco, bem como

a instalação de diversos recintos itinerantes e improvisados, delimitados nas plantas em anexo;

2. Nos termos da alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente à realização de eventos de interesse para o município;
3. Nos termos da alínea qq), do n.º 1, do mesmo artigo, compete à Câmara Municipal administrar o Domínio Público Municipal;
4. De acordo com a informação da DIS (Movimento Associativo) as comissões de festas tradicionais do concelho de Alcochete, cumprem com o estabelecido no artigo 5.º do R.A.M.A, encontrando-se em condições de beneficiar das isenções do pagamento de taxas, previstas para o movimento associativo na deliberação datada de 07/01/2026, das seguintes taxas devidas:

- Festa de Confraternização Camponesa de S. Francisco – S. Francisco – €13.329,80

Propõe-se que:

1. Nos termos e para efeitos do disposto nas alíneas o) e qq), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal de Alcochete delibere ceder à comissão organizadora das tradicionais Festas de Confraternização Camponesa de São Francisco a gestão dos espaços públicos onde as mesmas são realizadas, delimitados nas plantas em anexo e que fazem parte integrante da presente deliberação, pelo prazo máximo concedido na licença para a realização das mesmas, com a condição de respeitar os condicionalismos técnicos de segurança, higiene e mobilidade, que vierem a ser determinados pelos serviços municipais e pelas autoridades policiais, para o período em que decorre a festividade, conforme abaixo descrito:

- Festa de Confraternização Camponesa de S. Francisco – S. Francisco;
Ocupação da via pública 12160,00m².

2. A Câmara Municipal de Alcochete delibere emitir licença especial de ruído para o período em que decorre a festividade, conforme o quadro seguinte:

Festa de Confraternização Camponesa de S. Francisco – S. Francisco	
Dias	Horas
Dia 28/05 para 29/05 - (5.ª feira p/ 6.ª feira)	Das 17h30 às 02h00
Dia 29/05 para 30/05 – (6.ª feira p/sábado)	Das 19h00 às 03h00
Dia 30/05 para 31/05 - (sábado p/ domingo)	Das 19h00 às 04h00
Dia 31/05 para 01/06 - (domingo p/ 2.ª feira)	Das 16h00 às 01h00

.»

Submetida à discussão, o senhor presidente acrescentou que a proposta em apreciação se enquadra no conjunto de procedimentos habituais que a câmara municipal aprova anualmente, relativos à cedência de espaço público às entidades responsáveis pela organização das festas. Referiu que essa cedência tem um valor administrativo que deve ser partilhado com as senhoras e com os senhores vereadores para efeitos de controlo, referindo que a proposta inclui igualmente a emissão da licença especial de ruído e a definição dos horários das festividades, que decorrem de 28 a 31 de maio.

A senhora vereadora Raquel Prazeres referiu que a sua dúvida dizia respeito ao horário de encerramento. Observou que segundo a proposta, na noite de domingo para segunda-feira o encerramento ocorre à 01h00 da manhã, questionando se essa informação estava correta.

O senhor vereador Pedro Lavrado confirmou que o horário é das 16h00 à 01h00 da manhã, explicando que esse prolongamento se justifica por ser o dia de encerramento das festas. Indicou que o programa decorre oficialmente de 28 a 31 de maio, mas que a passagem para o dia 1 é abrangida porque o encerramento ocorre após a meia-noite, seguindo-se o fogo-de-artifício e o término formal das atividades.

A senhora vereadora Raquel Prazeres apontou que vivendo há muitos anos no concelho, tem as festas interiorizadas, mas reconhece que nem todos os moradores participam ou tiram férias nesta altura. Referiu que a transição para um dia de trabalho pode ser difícil para alguns residentes, embora compreenda que encerrar antes da 01h00 seja complicado.

O senhor presidente afirmou compreender as preocupações apresentadas, mas sublinhou que se trata de um acontecimento anual, referiu que o horário até à 01h00 representa uma margem progressiva e que analisando propostas anteriores, já houve anos em que os horários se prolongaram mais. Considerou que no presente caso, existe até uma redução relativamente a anos anteriores. Esclareceu que o encerramento oficial ocorre à 01h00, embora isso não impeça que as pessoas permaneçam na via pública após esse horário.

Concluiu que é esse o horário que está a ser formalmente apresentado.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar as Plantas, como **Doc. 5**.

Não votou a senhora vereadora Maria de Fátima Soares por se ter ausentado da reunião.

4.7. Recurso a reserva de recrutamento interna de um assistente operacional na área de educação, no regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado

Pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro foi apresentada a seguinte proposta:

«Tendo em consideração a existência de um posto de trabalho vago no setor da Saúde da Divisão de Educação e Intervenção Social (DEIS), cuja ocupação se mostrava necessária e atendendo ao facto de uma trabalhadora afeta à área da Educação ter manifestado interesse em ser mobilizada para aquele serviço, foi o respetivo pedido deferido, também por conveniência de serviço.

Em consequência dessa mobilidade, ficou vago um posto de trabalho na área da Educação. Neste contexto e por forma a assegurar o cumprimento dos rácios legalmente exigidos,

torna-se essencial a necessidade de proceder ao recrutamento de um novo trabalhador para ocupar o lugar deixado vago.

Considerando que existe uma reserva de recrutamento válida e mantendo-se a necessidade permanente de assegurar o exercício das funções em causa, justifica-se o provimento do referido posto de trabalho mediante a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com recurso à lista unitária de ordenação final constituída como reserva de recrutamento, válida até 10/06/2026, resultante do procedimento concursal publicitado no “Diário da República”, 2.ª Série, n.º 78, de 19 de abril de 2024, cuja oferta de emprego na Bolsa de Emprego Público corresponde ao n.º OE202404/0938.

Verifica-se, assim, a existência do respetivo posto de trabalho vago no Mapa de Pessoal do município, bem como a correspondente previsão orçamental necessária para suportar os encargos decorrentes do seu provimento.

Deste modo, face à insuficiência de recursos humanos disponíveis para assegurar o cumprimento das obrigações legalmente estabelecidas e garantir a qualidade do serviço prestado na área da Educação, torna-se imprescindível proceder ao provimento do referido posto de trabalho.

Nestes termos:

Com fundamento no enquadramento jurídico aplicável, designadamente na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e na Informação da DAGR n.º 17/2026, que se anexa, proponho que seja submetido à aprovação do órgão executivo o recrutamento de um trabalhador, com recurso à referida reserva de recrutamento interna do procedimento concursal supramencionado, para constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado na carreira/categoria de Assistente Operacional, na área da Educação.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar a Informação, como **Doc. 6**.

Não votou a senhora vereadora Maria de Fátima Soares por se ter ausentado da reunião.

4.8. Recurso a reserva de recrutamento interna de um assistente operacional na área de refeitórios, no regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado

Pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro foi apresentada a seguinte proposta:

«Tendo em consideração a existência de um posto de trabalho vago no setor da Saúde da Divisão de Educação e Intervenção Social (DEIS), cuja ocupação se mostrava necessária e atendendo ao facto de uma trabalhadora afeta à área da Educação ter manifestado interesse em ser mobilizada para aquele serviço, foi o respetivo pedido deferido, também por conveniência de serviço.

Em consequência dessa mobilidade, ficou vago um posto de trabalho na área da Educação. Neste contexto e por forma a assegurar o cumprimento dos rácios legalmente exigidos, torna-se essencial a necessidade de proceder ao recrutamento de um novo trabalhador para ocupar o lugar deixado vago.

Considerando que existe uma reserva de recrutamento válida e mantendo-se a necessidade permanente de assegurar o exercício das funções em causa, justifica-se o provimento do referido posto de trabalho mediante a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com recurso à lista unitária de ordenação final constituída como reserva de recrutamento, válida até 10/06/2026, resultante do procedimento concursal publicitado no “Diário da República”, 2.ª Série, n.º 78, de 19 de abril de 2024, cuja oferta de emprego na Bolsa de Emprego Público corresponde ao n.º OE202404/0938.

Verifica-se, assim, a existência do respetivo posto de trabalho vago no Mapa de Pessoal do município, bem como a correspondente previsão orçamental necessária para suportar os encargos decorrentes do seu provimento.

Deste modo, face à insuficiência de recursos humanos disponíveis para assegurar o cumprimento das obrigações legalmente estabelecidas e garantir a qualidade do serviço

prestado na área da Educação, torna-se imprescindível proceder ao provimento do referido posto de trabalho.

Nestes termos:

Com fundamento no enquadramento jurídico aplicável, designadamente na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e na Informação da DAGR n.º 17/2026, que se anexa, proponho que seja submetido à aprovação do órgão executivo o recrutamento de um trabalhador, com recurso à referida reserva de recrutamento interna do procedimento concursal supramencionado, para constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado na carreira/categoria de Assistente Operacional, na área da Educação.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar a Informação, como **Doc. 7**.

Não votou a senhora vereadora Maria de Fátima Soares por se ter ausentado da reunião.

5. Apoios financeiros

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

- Apoio Financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete:
€170.000,00

«Numa aposta de continuidade, no que diz respeito ao sistema de Proteção Civil, como um dos pilares fundamentais da estratégia local do município e de renovação de compromisso com a população de Alcochete, numa inequívoca melhoria do sistema de proteção civil local, que tem vindo a implementar de forma coerente e sustentada numa política de desenvolvimento da segurança e socorro da sua população, sempre com o foco na proteção da vida humana, sobretudo do principal agente de proteção civil, o Corpo de Bombeiros de Alcochete, de matriz predominantemente voluntária, assegura uma resposta ao socorro em tempo útil em situação de emergência.

Pretende-se apoiar ou comparticipar, pelos meios adequados, a cooperação em atividades de interesse municipal, de forma a proporcionar uma melhoria das condições de vida e bem-estar da população de Alcochete, designadamente no que à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete diz respeito, com o reforço dos seus meios humanos e operacionais, de forma a assegurar o rápido e eficaz socorro à população do concelho de Alcochete.

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete é uma instituição vocacionada para a assistência, socorro e salvamento. De entre todas as instituições do Município, esta é uma das mais importantes, pelo serviço que presta à comunidade, pelo número de trabalhadores e voluntários que possui e pelo seu património memorial valioso, digno e proeminente, que merece o nosso reconhecimento.

Assim, proponho a atribuição de apoio financeiro no valor de €170.000,00 (cento e setenta mil euros), a ser pago em duas tranches de €85.000,00 (oitenta e cinco mil euros), em maio e outubro, respetivamente, para comparticipar a atividade regular da instituição, referente ao pagamento de encargos correntes, aquisição de equipamentos e apoio à missão de Protecção Civil, com o propósito de responder às necessidades da população local, à dinamização da instituição, tendo como principal objetivo o desenvolvimento do município de Alcochete na vertente do socorro.»

Submetida à discussão, o senhor presidente explicou que o apoio financeiro atribuído reforça a estabilidade necessária para que a corporação continue a modernizar equipamentos, assegurar formação, renovar meios e garantir um socorro cada vez mais eficaz, sublinhando que Alcochete tem o privilégio de contar com uma Associação Humanitária onde, há muitos anos, reina uma grande estabilidade ao nível dos órgãos diretivos e das unidades de comando, realidade que, lamentou, não se verifica em muitos quartéis da região.

Referiu que a autarquia honra o compromisso de estar ao lado daqueles que nunca hesitam em estar ao lado da comunidade, afirmando que investir nos bombeiros é investir na proteção, na segurança e, sobretudo, no futuro do concelho. Acrescentou que, embora

alguns trabalhadores municipais sejam bombeiros, a maioria não o é e que Alcochete tem a sorte de contar com uma equipa extraordinária de mulheres e homens, reconhecida na Área Metropolitana de Lisboa e no país.

Assinalou que os bombeiros de Alcochete não se limitam ao território concelhio, transpondo diariamente as suas fronteiras. No verão, lamentou, a história repete-se, os bombeiros estão nos locais onde se perdem vidas, memórias, histórias e, muitas vezes, a própria razão de viver.

Referiu que o apoio de €170.000,00 será atribuído em duas tranches de €85.000,00, uma a pagar em maio e outra em outubro, conforme solicitado pelos órgãos diretivos da associação.

Continuou endereçando uma nota especial dirigida ao senhor Comandante Paulo Vieira, que atravessa momentos difíceis do ponto de vista da saúde, afirmando que o reconhecimento municipal que lhe foi prestado em tempo útil, é merecido todos os dias, porque a vida é feita de todos os dias. Dirigiu também uma palavra ao senhor 2.º Comandante José Martins, descrevendo-o como uma figura incontornável da história da associação e que na ausência do primeiro comandante, tem desempenhado um trabalho que orgulha toda a comunidade.

Sublinhou que as instituições do concelho, sejam de segurança, socorro ou do movimento associativo, quando são referência na área intermunicipal ou nacional, constituem motivo de orgulho para todos e mesmo quando não o são, continuam a merecer reconhecimento pelo trabalho voluntário que realizam, lembrando que, apesar de alguns bombeiros serem profissionais, «se olharmos para o recibo de vencimento de cada um deles, não tenho dúvidas de reafirmar: trabalho voluntário».

Considerou que esta realidade é um problema estrutural que o Estado deve encarar com maior atenção, dada a importância das corporações de bombeiros na preservação da segurança.

Afirmou que os bombeiros de Alcochete são, metaforicamente, o seu “braço direito, braço esquerdo, perna direita e perna esquerda”, no que respeita à prevenção e proteção de pessoas e bens. Destacou que os órgãos diretivos, não sendo bombeiros, são “bombeiros sem farda”, prestando também um serviço imensurável à comunidade.

Concluiu afirmando que a proposta é do conhecimento dos órgãos diretivos da Associação Humanitária e que o município trabalha com eles não apenas para responder às necessidades do presente, mas sobretudo, para preparar o dia de amanhã.

O senhor vereador João Marques referiu que vive relativamente perto do quartel e observa o orgulho com que os bombeiros entram e saem fardados, destacando a beleza desse sentimento de pertença, tendo enaltecido o trabalho da direção e dos corpos gerentes da associação, um trabalho diário, exaustivo e muitas vezes invisível. Afirmou conhecer alguns dos seus membros e reconheceu que a responsabilidade que assumem é de enorme dimensão, muito distinta das associações recreativas e culturais. Sublinhou que têm de assegurar formação, gestão de meios, organização interna e administração rigorosa do subsídio atribuído, que considerou insuficiente face às necessidades.

Destacou o valor humano dos bombeiros, afirmando que não consegue qualificar a forma como se entregam à causa pública, sem olhar a cor, género, posição política ou qualquer outra diferença. Assim que a sirene toca, disse, «aparecem todos, do mais velho ao mais novo». Referiu ainda o esforço que fazem para manter viaturas antigas, orgulhosos do material que possuem, apesar do desgaste diário e dos recursos escassos.

Concluiu questionando o senhor presidente se poderia indicar qual era o valor do subsídio atribuído aos bombeiros quando iniciou funções e qual é o valor atual, afirmando que seria importante reconhecer publicamente essa evolução.

O senhor presidente respondeu que a sua preocupação não assenta na comparação de valores, mas sim na convicção de que investir na corporação de bombeiros é investir na proteção e segurança de pessoas e bens do concelho, esclarecendo que o apoio financeiro direto não é o único contributo da autarquia.

Indicou que a câmara municipal participa em 50% da remuneração de duas Equipas de Intervenção Permanente, cada uma composta por 5 elementos, suportando assim metade dos salários de 10 bombeiros, sendo os restantes 50% assegurados pela Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Recordou que, ao longo dos últimos anos, o município teve disponibilidade, mental, moral e financeira, para reforçar o parque automóvel e os meios da corporação, através da oferta de uma ambulância, de um veículo de combate a incêndios urbanos, mais de 70 fatos de proteção individual, de uma cadeira elétrica para transporte de pessoas em pisos superiores, entre outros equipamentos essenciais, afirmando que este esforço não ficará por aqui.

Informou que quando iniciou funções, o apoio financeiro direto aos bombeiros situava-se entre €32.500,00 e €35.000,00.

A senhora vereadora Maria Eugénia Murjal transmitiu que se associava aos louvores expressos pelo senhor presidente e pelo senhor vereador João Marques, recordando que, em 17 de dezembro, a câmara municipal atribuiu €180.000,00 à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete e que com os €170.000,00 agora propostos, num intervalo de cerca de 5 meses, o apoio total ascende a €350.000,00.

Referiu que têm sido realizadas diversas iniciativas de angariação de fundos, incluindo festas e campanhas, destinadas à aquisição de um novo veículo de combate a incêndios, uma vez que o anterior ardeu em 25 de junho de 2025. Saudou a atribuição deste apoio financeiro, afirmando acreditar que permitirá aos bombeiros recuperar, com brevidade, um veículo que lhes garanta eficiência e dignidade no exercício das suas funções, tal como sempre tiveram.

O senhor presidente esclareceu que o subsídio atribuído há 5 meses correspondeu ao ano de 2025. Explicou que habitualmente a câmara municipal procede à atribuição anual do apoio por esta altura do ano, mas que no ano anterior, não houve disponibilidade financeira para o fazer dentro do prazo habitual. Assim, apenas perto do final do ano foi possível, em articulação com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete, proceder à atribuição do respetivo montante.

Sublinhou que esta informação é importante para evitar a perceção de que o município está a duplicar apoios no mesmo ano. O valor atribuído há 5 meses referiu-se efetivamente, a 2025, tendo o atraso resultado de questões de dotação orçamental, devidamente articuladas com os bombeiros.

Acrescentou que por norma o apoio é atribuído através de uma prestação única, mas que desta vez, foram os próprios bombeiros a solicitar a divisão do montante, por razões de gestão interna. Para a autarquia, afirmou, dar €85.000,00 agora ou €170.000,00 de uma só vez seria indiferente, contudo para os bombeiros não é assim, pelo que o município está a cumprir a modalidade que foi solicitada pela corporação.

A senhora vereadora Raquel Prazeres valorizou o trabalho desenvolvido pelos bombeiros, afirmando já ter recorrido várias vezes aos seus serviços e sentir-se segura com a corporação, a qual é reconhecida externamente e mantém um desempenho exemplar.

Acrescentou que não compreendeu totalmente a questão colocada pelo senhor vereador João Marques sobre os subsídios atribuídos, mas concordou com a explicação do senhor presidente, transmitindo que não tem presente o valor atribuído quando saiu do executivo, porém, sublinhou que a limitação financeira da época se devia ao processo de recuperação económica do município, o qual atravessou um período muito difícil, incluindo um saneamento interno sem recurso à banca onde a prioridade era estabilizar a situação financeira.

Afirmou que nunca houve falta de valorização dos bombeiros, nem da sua parte, nem da parte do executivo e que a vontade era sempre apoiar mais, destacando que os bombeiros sempre estiveram ao lado da comunidade e que são a entidade que lhe assegura proteção no concelho, agradecendo a cada um dos elementos da corporação.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Não votou a senhora vereadora Maria de Fátima Soares por se ter ausentado da reunião.

Pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro foi apresentada a seguinte proposta:

- Atribuição de apoio financeiro à Alfaiate - Associação para a Defesa e Proteção dos Animais em Alcochete: €1.800,00

«No âmbito do Protocolo existente entre a Câmara Municipal de Alcochete e a Associação Alfaiate (Associação para a Defesa e Proteção dos Animais em Alcochete) para a implementação e gestão do Programa CED – captura, esterilização e devolução de felídeos ao local de origem, nomeadamente no descrito no Protocolo de Colaboração entre ambas as entidades, confirma-se, para efeito da atribuição de apoios institucionais, o apoio disponibilizado pela Associação relativamente à proteção e integridade de animais errantes no concelho de Alcochete e concretamente à operacionalização do programa, zelando esta entidade pelas boas condições de higiene e alimentação adequadas aos animais.

Tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, submete-se para discussão e deliberação a proposta de atribuição de um apoio financeiro à Associação Alfaiate, no valor de €1.800,00 (mil e oitocentos euros).»

Submetida à discussão, a senhora vereadora Raquel Prazeres valorizou o programa de apoio, recordando que sempre o defendeu mesmo antes de existir no concelho. Sublinhou que uma colónia de gatos se multiplica rapidamente e que a esterilização é a forma mais eficaz de controlar a sua dimensão, reduzindo gradualmente o número de animais e evitando problemas de saúde pública.

Referiu o exemplo do Samouco, onde a praça José Coelho chegou a ter um número excessivo de gatos, situação que afetava o espaço público. Partilhou ainda uma experiência pessoal, relatando que uma gata de rua, teve uma ninhada à porta da sua casa e que na altura recorreu a uma associação do Seixal para proceder à esterilização, suportando um valor residual por não ser residente daquele concelho.

Defendeu que é essencial procurar soluções adequadas, como a esterilização e o acompanhamento das colónias, em vez de medidas como o abate de animais. Valorizou

também o trabalho dos voluntários que asseguram alimentação e higiene dos locais, considerando-o fundamental. Assinalou que o abandono de animais é um problema de civismo que não se resolve facilmente, mas reforçou a importância de programas como este.

Concluiu agradecendo e manifestando satisfação pela proposta apresentada.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Não votou a senhora vereadora Maria de Fátima Soares por se ter ausentado da reunião

6. Informações

Não foram apresentadas informações.

D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 19:54 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Joel Rodrigues, técnico superior, subscrevo e assino.